

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 529 - Brasília, terça-feira, 26 de agosto de 1997



Guilherme Palmeira apóia proposta contra "guerra fiscal"

"Guerra fiscal" e renda mínima geram debate

CAE instala subcomissão que analisará incentivos a empresas. Programa de garantia de renda mínima tem audiência pública

A "guerra fiscal" entre os estados será debatida por subcomissão da CAE que se instala hoje, enquanto a Comissão de Educação realiza audiência pública para discutir o projeto que autoriza a concessão de apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de ren-

da mínima associado à educação. O governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, é uma das autoridades convidadas para a audiência.

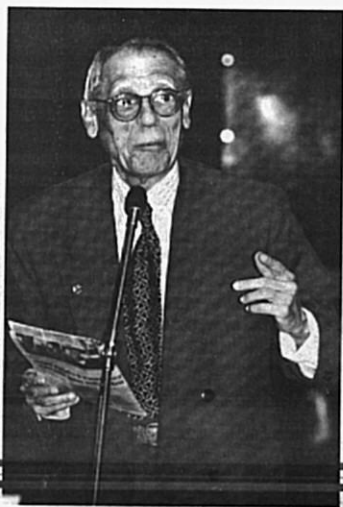
Já a Comissão Especial sobre o *El Niño* reúne-se hoje para votação de roteiro de trabalho. O objetivo é avaliar medidas preventivas

para proteger as populações que podem ser afetadas.

Preocupado com a "guerra fiscal", Guilherme Palmeira anunciou ontem apoio à proposta de Waldeck Ornelas que dá ao Senado o poder de disciplinar a concessão de incentivos a empresas pelos governos estaduais. **Página 3**

Bello Parga vê a classe política com prestígio em alta

"A classe política não está desmoralizada como querem fazer supor", proclamou ontem o senador Bello Parga com base em duas pesquisas nacionais de opinião sobre o desempenho dos governadores. A certeza do senador baseia-se no fato de 20 dos 27 governadores terem obtido índices de aprovação superiores a 50%. Entre eles, Bello Parga destacou a governadora Roseana Sarney, do Maranhão, que obteve aprovação de 66,7% em uma das pesquisas e de 93% em outra. **Página 4**



Bello Parga destaca índices de aprovação de Roseana

Reeleição eleva dívidas, alerta Lúdio

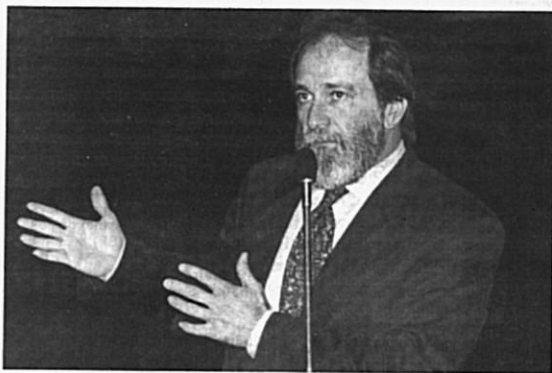
PÁGINA 5

Senadores discutem a Amazônia

PÁGINA 8

Cabral presta homenagem aos soldados

PÁGINA 7



Osmar cobra prevenção dos efeitos de *El Niño*

Com base nas previsões de que o fenômeno conhecido como *El Niño* poderá provocar enchentes no Sul e secas no Nordeste do Brasil, o senador Osmar Dias (*foto*) pediu ao governo, ontem, que adote medidas de prevenção. "Assim, será possível amenizar os efeitos dos desastres", afirmou, ao sugerir a instalação de uma comissão governamental sobre o assunto. **Página 2**

Preocupado com as previsões de enchentes no Sul e secas no Nordeste do Brasil, causadas pelo fenômeno do aquecimento das águas do Oceano Pacífico, senador defende medidas de prevenção

Governo deve dar maior atenção a *El Niño*, diz Osmar

Há um "verdadeiro pânico" em algumas cidades do Paraná localizadas às margens do rio Iguaçu, por causa da possibilidade de grandes enchentes provocadas pelo fenômeno *El Niño*, informou ontem ao plenário o senador Osmar Dias (PSDB-PR). "Eu pude perceber no último fim de semana esse pânico entre os moradores de Vitória da União, porque o centro da cidade fica a apenas 11,5 metros acima do nível do rio."

Já que institutos de pesquisas dos Estados Unidos admitem que o fenômeno climático poderá provocar enchentes no Sul e secas no Nordeste do Brasil, é preciso que o governo adote medidas de preven-

ção. Com a prevenção, será possível amenizar os efeitos dos desastres - ponderou o senador. Ele sugeriu que o governo crie uma comissão, integrada por representantes de vários ministérios, para analisar "com seriedade" o aquecimento das águas do Oceano Pacífico e seus efeitos sobre o país.

Depois de assinalar que neste momento as águas do Pacífico já estão cinco graus acima do normal para esta época, Osmar Dias atribuiu a enchentes dos últimos dias no Chile e nas Filipinas ao *El Niño*. "O Brasil tem que co-

meçar a trabalhar com planejamento estratégico. Se há possibilidade de enchentes e secas, o governo deve agir antes. A Casa Civil tem de responder se temos estoques suficientes de alimentos e de combustíveis para uma situação dessas", observou.

Osmar Dias lembrou que foi instalada pelo Senado uma comissão temporária para analisar todas as informações técnicas disponíveis sobre a possibilidade de manifestação, este ano, do *El Niño*. A comissão fará sugestões, ao governo, de medidas que devem ser tomadas para prevenir problemas provocados por enchentes ou secas.



"Se há possibilidade de enchentes e secas, o governo deve agir antes", recomenda Osmar Dias

Em aparte, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) assinalou que a transposição das águas do rio São Francisco, para atender aos estados do

Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, reduziria os problemas de uma grande seca, caso o projeto não tivesse parado. Lucena observou que o ex-presidente Itamar Franco garantiu que só faltava um relatório de impacto ambiental para início das obras. "Fernando Henrique Cardoso garantiu que levaria o projeto à frente. No entanto, o ministro do Meio Ambiente afirmou que há grandes dificuldades para realização da obra", lamentou.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despachos internos

11h - Recebe o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, desembargador Paulo Medina

15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado

17h30 - Participa do lançamento do livro "Do Fortran ... à Internet, no Rastro da Trilogia: Educação, Pesquisa e Desenvolvimento", de Tércio Pacitti. Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único "PLC nº 75/93, que acrescenta dispositivos ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado.

COMISSÕES

8h - Comissão Especial da Amazônia

Pauta: Continuação do seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia". Auditório da Sudam em Belém (PA)

17h - Comissão Parlamentar sobre o Fenômeno "El Niño"

Pauta: Apresentação e votação do roteiro de trabalho. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Reunião de instalação da Subcomissão Destinada a Examinar a Política de Incentivos Oferecidos às Empresas pelos Governos Estaduais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão de Educação

Pauta: Audiência pública para instrução do PLC nº 89/96, que institui o Programa de Renda Mínima, com a participação do governador do DF, Cristóvam Buarque, entre outros. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (27.08.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

O tempo destinado à Hora do Expediente será dedicado a homenagear o 43º aniversário de faleci-

mento do presidente Getúlio Vargas.

Oradores inscritos: Senadora Emília Fernandes, senadores Valmir Campelo, Abdias Nascimento, Carlos Bezerra, Pedro Simon, Sebastião Rocha e Ronaldo Cunha Lima.

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Projeto de Resolução nº 83/97, que denega autorização ao município de Osasco para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Osasco (LFTMO), cujos recursos seriam destinados ao giro de sua dívida mobiliária com precatórios no 1º semestre de 1997; e "PEC nº 2/96, que trata da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Quinta-feira (28.08.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 25/95, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental (APA) no distrito de Joaquim Egídio, município de Campinas (SP).

Sexta-feira (29.08.97)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (27.08.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Emendas de plenário oferecidas à PEC nº 33/96, que trata da Previdência Social (discussão e votação). Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "Mensagens nºs 141 e 142/97 (não terminativas), submetendo à apreciação do Senado Federal os nomes de Demosthenes Madureira de Pinho Neto e Sergio Darcy da Silva Alves para exercerem os cargos de diretor do Banco Central do Brasil. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (28.08.97)

9h30 - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Apresentação do relatório parcial da deputada Célia Mendes. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Em dia movimentado, a Comissão Especial sobre o fenômeno El Niño também se reúne para votação do roteiro de trabalho, com objetivo de levantar medidas que protejam as populações que podem ser afetadas

Incentivos e renda mínima em debate



Ronaldo: STF traçará limites para peculiaridades

Ronaldo tem emenda aceita por Beni Veras

Emenda apresentada à reforma da Previdência pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), propondo que as mudanças se apliquem aos membros da magistratura "no que couber", foi acatada pelo relator da proposta de emenda constitucional, senador Beni Veras (PSDB-CE).

Ronaldo Cunha Lima justificou sua emenda afirmando que os integrantes da magistratura devem ter o mesmo tratamento que se dispensará aos ocupantes de cargos eletivos. "Evidente

que a natureza temporária do cargo eletivo difere da natureza vitalícia dos cargos da magistratura, mas o fato de ambos serem considerados membros de Poder convida ao tratamento igualitário", ponderou.

Conforme o senador, uma lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal se encarregará de "traçar os limites e as peculiaridades para efeito da aplicação do regime geral de previdência do servidor público e de um regime específico próprio à magistratura".

Plenário vota hoje FGTS do aposentado



Emília relator proposta

O plenário do Senado vota hoje projeto de lei que autoriza o aposentado que tenha retornado ao trabalho em empresa a movimentar sua conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

A proposição foi relatada na Comissão de Assuntos Sociais pela senadora Emília Fernandes (PDT-RS). Se aprovada, vai à sanção do presidente da República, uma vez que já recebeu aprovação na Câmara dos Deputados.

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), instala hoje, às 17h30, subcomissão destinada a examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais.

Também hoje, às 18h, a Comissão de Educação, presidida interinamente pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), realiza audiência pública para discutir o projeto de lei da Câmara autorizando a concessão de apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associado à educação.

Foram convidados para a audiência o governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; os pesquisadores do Ipea Andre Urani e Lena Lavinias; o ex-prefeito de Ribeirão Preto Antônio Palocci; a pesquisadora da Unicamp Sônia Draibe; o economista Antônio Maria da Silveira; e o pesquisador da FGV Samir Cury.

Já a Comissão Especial sobre o fenômeno *El Niño*, presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), reúne-se hoje, às 17h, para apresentação e votação do roteiro de trabalho. O objetivo da comissão é avaliar e levantar medidas preventivas para proteger as populações e as economias das regiões que estão sujeitas aos efeitos desse fenômeno.



José Serra preside a CAE



Guilherme Palmeira aponta passo para controle do déficit

Palmeira apóia a emenda de Waldeck

O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) anunciou ontem seu apoio à proposta de emenda constitucional de autoria do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que dá ao Senado o poder de disciplinar a concessão de incentivos fiscais por estados e municípios. Ressalvando que não pôde estar presente na discussão da matéria em plenário, na semana passada, ele disse que nem por isso poderia silenciar ante a importância da emenda.

- Não podia deixar de manifestar minha concordância com a proposição que, em última análise, restaura a competência histórica do Senado como foro dos interesses e do equilíbrio federativo - acrescentou.

Guilherme Palmeira lembrou que é no Senado que deságuam as demandas dos estados brasileiros pela adoção de medidas que os viabilizem econômica e financeiramente. Em sua opinião, "uma atitude passiva nessa matéria vai terminar sendo debitada ao Senado, como ocorreu com o episódio da emissão dos precatórios". Ele disse que, nesse caso, os fins eram inteiramente legítimos, "mas os meios provaram-se não só ilegítimos, mas eivados de ilegalidades e injuridicidades".

Conforme o senador, a crise financeira dos estados está refletida nas incertezas em que ainda vive o Brasil. Ele afirmou que não são apenas os estados e municípios que estão em crise, já que as infor-

mações sobre o déficit público suscitam preocupações também com as contas da União. "Muito embora a dívida externa tenha caído de 8% para 4% do PIB, o incremento da dívida interna não deixa dúvidas de que a própria estabilidade do Plano Real sofre graves ameaças", observou.

Palmeira admitiu que a emenda Waldeck Ornelas pode não resolver todos os problemas decorrentes da "guerra fiscal", mas a considerou um passo decisivo para se obter o controle do déficit estadual. "Creio por isso que merece não só o nosso apoio, mas sobretudo o nosso aplauso", disse ele. Comparando os estados que mais gastaram em 1995 com os que mais gastaram no ano passado, o senador salientou que a conclusão inevitável é que o problema não é localizado, mas nacional, "sendo essa mais uma razão para o Senado não se omitir".

O senador disse que, apesar das queixas sobre o "custo Brasil", se esquece frequentemente de que a carga fiscal, hoje de quase 32%, nunca parou de crescer e afeta nossa competitividade externa. Conforme assinalou, a emenda Waldeck Ornelas terá grande eficácia, à medida que, "mesmo não proibindo a liberdade no ativo dos estados, procura, pelo menos, fechar a torneira fácil e fértil das isenções do passivo".

"A classe política não está desmoralizada como querem fazer supor", afirma o senador ao comentar os índices favoráveis obtidos por 20 dos 27 governadores em pesquisas de opinião

Bello Parga destaca aprovação de Roseana

Ao comentar ontem o resultado de duas pesquisas nacionais de opinião sobre o desempenho dos governadores, o senador Bello Parga (PFL-MA) salientou que, em ambas, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, obteve altos índices de aprovação.

Como 20 dos 27 governadores alcançaram índices de aprovação superiores a 50%, Bello Parga concluiu que, ao contrário do que o noticiário da imprensa poderia levar a crer, "a classe política não está desmoralizada como querem fazer supor".

A primeira pesquisa, realizada pela revista *IstoÉ* e pela empresa Brasmartek, ouviu 16.160 pessoas em todo o país no mês de julho e, numa tabela em ordem decrescente dos índices de aprovação atingidos pelos 27 governos estaduais, o governo do Maranhão ficou em 8º lugar, com 66,7%, observou o senador. Conforme explicou, esse índice representa a soma de respostas em que o governo maranhense foi avaliado como "ótimo", "bom" e "regular".

Na pesquisa da *IstoÉ/Brasmartek*, ressaltou o se-



Bello Parga: Roseana age em sintonia com o governo federal

gador, também foi verificado o "grau de popularidade" dos governadores, em que Roseana Sarney ficou em 6º lugar, com 44,4%.

Bello Parga destacou que a segunda pesquisa de opinião, solicitada ao Ibope pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), foi aplicada nos dias 8 a 12 de agosto nas capitais do país, sendo que, em São Luís, foram ouvidas 400 pessoas na faixa etária de 16 a mais de 45 anos, 186 homens e 214 mulheres. Frente às opções "ótima" e "boa", os entrevistados garantiram um "índice de popularidade" de 55% à governadora do Maranhão. "Se a isso acrescentarmos os que

consideram a administração regular, que são 38%, o índice de aprovação ao governo sobe para 93%", observou.

O senador comentou, em especial, a última pergunta do Ibope aos entrevistados, que,

Com base nas pesquisas encomendadas pela CNI e pela IstoÉ, senador garante que o Maranhão está no caminho certo

a seu ver, dá consistência aos índices de popularidade e aprovação. "O estado do Maranhão está no caminho certo ou no caminho errado?", perguntou o Ibope, e 68% responderam que está no caminho certo.

- A governadora promoveu austeridade fiscal, o Progra-

ma de Demissão Voluntária, enxugou a máquina do estado, privatizou empresas, entre outras coisas necessárias e em comum com a política que o governo federal realiza no país. O esforço que se empreende em nosso estado está sendo compreendido pela população maranhense-frisou.

Em aparte, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que "é obrigação do Congresso Nacional proibir a divulgação de pesquisas um mês antes das eleições", pois elas registram grandes variações entre si, confundindo os eleitores. Pela *IstoÉ/Brasmartek*, exemplificou, o governador do Paraná estaria em 10º no ranking, mas, "quando o governo paga um instituto para realizar a pesquisa, atinge quase a unanimidade".

O senador Eptácio Cafeteira (PFL-MA) também se afirmou favorável a uma regulamentação das pesquisas eleitorais. Cafeteira, que disputou o governo maranhense nas eleições de 1994, admitiu, no entanto, que os índices de Roseana o acalentam, pois indicam "que ela realmente vai disputar a reeleição e que, portanto, vou ter a oportunidade de ir ao tira-teima com ela".

CARTAS

"O *Jornal do Senado* está de parabéns pelas excelentes reportagens, que informam e contribuem para a formação política do povo brasileiro.

Acompanho os trabalhos dessa conceituada Casa da República brasileira, via *Voz do Brasil*, que considero um maravilhoso instrumento do povo brasileiro."

Luciano Estevam Santos - assessor parlamentar (Itabuna-BA)

"Como assinante do *Jornal do Senado*, tenho o prazer de lê-lo diariamente. O *Jornal do Senado* é o elo de ligação entre o Senado, os senadores e o povo que, através do veículo, pode acompanhar as atividades de seus representantes dia a dia."

Alfredo Miranda (Mergulhão-MG)

"Gostaríamos de receber regularmente o *Jornal do Senado*, publicação tão bem editada pela Secretaria de Comunicação Social do Senado."

Carlos Arthur Palmeira - editor do *Federal Rio Notícias* (Rio de Janeiro)

"Por se tratar de um meio de comunicação de fundamental importância para nossa consulta e orientação, pedimos a inclusão da Associação de Membros do Conjunto 'Meu Sonho' na mala direta do *Jornal do Senado*."

Arão Martins da Silva - presidente da Associação (Campo Grande-PB)

"Manifesto meu interesse em receber, diariamente, o *Jornal do Senado*, pela importância dos temas nele tratados."

Francisco das Chagas Mariano - advogado (Fortaleza-CE)

■ Os pedidos dos leitores serão atendidos.

"Resultado do trabalho já atravessou fronteiras"

O senador Bello Parga (PFL-MA) pediu ontem a transcrição nos Anais da Casa do artigo "O Maranhão tem qualidade total", de autoria do professor de economia da Universidade Federal do Piauí Antônio de Andrade, publicado do-

mingo no jornal piauiense *Meio-Norte*.

No texto, Andrade elogia a política administrativa da governadora do Maranhão, Roseana Sarney, destacando a redução dos gastos com o funcionalismo público, a extinção e a privatização de

estatais e o aumento de investimentos nacionais e estrangeiros no estado nos últimos anos.

- Esses dados fazem justiça ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela administração de Roseana Sarney. Na qualidade de representante do

Maranhão no Senado, enche-nos de alegria ver que o resultado desse trabalho já atravessou as fronteiras maranhenses e está sendo constatado por técnicos e administradores dos outros estados - sinalizou Bello Parga.

Ligue gratuitamente para 0800-614455 e saiba o que acontece no Senado

Quantidade de pedidos aprovados para estados e municípios preocupa o senador; que os atribui à chance de outro mandato

Lúdio prevê mais rolagem de dívidas com reeleições

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse ontem que o Senado deve ficar atento ao endividamento de estados e municípios por conta da possibilidade de reeleição dos atuais ocupantes de cargos executivos. Segundo ele, o noticiário indica que uma série de obras



Lúdio Coelho: sobrevivência exige contenção de estados e municípios que reestiverem sendo realizadas por governadores e prefeitos em

Senado.

- Quase toda semana votamos uma rolagem de dívidas. Tenho a impressão de que, a permanecer esse estado de coisas, ainda mais com a reeleição, nos próximos dois ou três anos, o Senado terá que apreciar muitos pedidos de rolagem - previu.

Lúdio Coelho frisou que o quadro é preocupante, porque nenhuma empresa, assim como o poder público, pode sobreviver sem redução de despesas e aumento da arrecadação.

Só vontade política trará boa lei eleitoral, diz Francelino

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que apenas uma forte "vontade política" por parte das lideranças partidárias, senadores e deputados poderá levar o Congresso Nacional a votar uma nova lei eleitoral que regule as eleições de 98 e incorpore avanços propostos por comissões especiais da Câmara e do Senado para aprimorar a legislação brasileira nesse campo.

Ele disse que, conforme constatação de parcela considerável dos formadores de opinião, o retorno ao sistema de turno único nas eleições para governadores e prefeitos deverá ser a polêmica dominante. "Quanto ao presidente da República, sugere-se o turno único, sujeito, porém, a uma nova regra de *quorum* de votos obtidos pelos candidatos", acentuou.

Francelino explicou que para a eleição presidencial seria adotada uma fórmula já usada com sucesso na Argentina e que foi objeto de proposta do Tribunal Su-



Francelino: 3 de outubro se aproxima rapidamente

perior Eleitoral à Comissão Especial de Reforma Política-Partidária do Senado. O candidato a presidente da República que reunisse em primeiro turno 45 por cento dos votos válidos ou 40 por cento desses mesmos votos, mas com uma diferença em relação ao segundo colocado de pelo menos 10 por cento, já estaria eleito. "O segundo turno somente seria realizado se essas alternativas não fossem atendidas", esclareceu.

- Não é nova a preocupação do Congresso com essa matéria. Somente em 95 foram apresentadas na Câmara dos Deputados seis propostas de emenda à Constituição versando sobre a extinção do segun-

do turno - salientou o senador, lembrando também uma proposta de iniciativa do senador Júlio Campos (PFL-MT), inscrita por outros 50 senadores e que recebeu emenda do senador Freitas Neto (PFL-PI), para estabelecer novo *quorum* na eleição do presidente da República.

- Ela se ajusta perfeitamente aos debates nas duas Casas do Congresso, pelas duas comissões especiais criadas com a intenção de fazer uma avaliação profunda da legislação político-partidária e eleitoral - disse Francelino Pereira, ao alertar que "o prazo fatal para realizar as mudanças, 3 de outubro, se aproxima rapidamente".

Cafeteira: atitude de prefeitos serve como alerta



Cafeteira culpa FEF por paralisação de prefeitos no MA

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) informou que as prefeituras do Maranhão vão cerrar suas portas, por 24 horas, amanhã, em protesto contra a crise financeira dos municípios. Ele disse que a Assembleia Legislativa do estado, em solidariedade aos prefeitos, também fará o mesmo, "a fim de chamar a atenção para as dificuldades que o estado atravessa".

- A atitude dos prefeitos e dos deputados estaduais serve como um alerta para o Senado Federal - disse Cafeteira, ao atribuir ao FEF (Fundo de Estabilização Fiscal) parte das dificuldades enfrentadas pelo Maranhão e demais estados brasileiros.

Epitácio Cafeteira lembrou que pesquisa feita pelo IBGE revelou que os municípios tiveram grande queda na arrecadação. Além disso, observou que os recursos oriundos do FPM (Fundo de Participação

dos Municípios) vêm caindo de forma assustadora. Segundo o senador, para piorar a situação, os prefeitos tiveram que pagar salários atrasados e precatórios de administrações anteriores.

Na opinião de Cafeteira, o fim do ICMS sobre as exportações e a "supervalorização" do real também estariam contribuindo para a crise dos estados e municípios. Ele acha que os governadores deveriam ter orientado suas bancadas para evitar a aprovação do FEF, que "foi tirado dos municípios para ajudar o governo federal".

- Os governadores liberaram seus deputados para votar o FEF, e a governadora Roseana Sarney mandou aprovar - disse Cafeteira, para quem, enquanto "o governo federal pode emitir títulos e papel moeda, os estados e municípios nada podem fazer".

Camata destaca artigo sobre programa de FHC

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) pediu a transcrição nos Anais da Casa de artigo do jornalista Gilberto Amaral, sob o título "FHC põe o Brasil em ação", publicado pelo jornal *Correio Brasileiro* do dia 19 de agosto.

Conforme o artigo citado, "a caminhada do Brasil até o final do próximo ano, sem sair da trilha da estabilidade econômica, será de mais progresso, mais obras, mais desenvolvimento, mais empregos e melhoria de vida para milhões de brasileiros".

- Esta é a pauta do programa "Brasil em Ação", integrada por 42 projetos importantes para o



Camata: esforço na escassez Brasil moderno e que estão recebendo investimentos de R\$ 31 bilhões, como prova do esforço do governo diante de tanta escassez de recursos - destaca o artigo.

Desde a extinção do BNH o setor habitacional está um caos, disse o senador, que cobra a definição de uma política global

Alcântara prevê colapso urbano se governo não agir

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) cobrou do presidente da República e de sua equipe econômica uma política global de habitação para o país. Para o senador, a extinção do Banco Nacional de Habitação e a falta de investimento na área levaram o sistema a um "verdadeiro caos".

- Sem política habitacional, as médias e grandes cidades brasileiras estarão brevemente em colapso. Se o governo federal e o Congresso Nacional não assumirem uma posição de firmeza no sentido da regulamentação do capítulo constitucional da reforma urbana, o solo das cidades continuará alvo fácil da especulação e os que precisam realmente de um teto permanecerão ao relento - afirmou.

Na opinião de Lúcio Alcântara, o governo brasileiro desenvolve uma política habitacional baseada em programas vagos e desarticulados, que, acentuou, quase sempre terminam em fracasso.



Alcântara: burocracia e morosidade

Ele disse que a modalidade da carta de crédito, implantada recentemente pelo governo, não conseguiu modificar coisa alguma. "Em verdade, é mais um fracasso que se junta a muitos outros e já nasceu caracterizado pela desorganização, pela burocracia e pela morosidade", salientou.

Conforme o senador, na Conferência Mundial Habitat II, o governo brasileiro prometeu investir 22 bilhões de reais no programa Plano de Ação Habitacional, que tem por objetivo atender 1,3 milhão de famílias pobres. Mas, segundo Lú-

cio Alcântara, esses recursos "repousam no terreno da incerteza".

- Apenas 7,3% virão de dotações orçamentárias, enquanto mais de 50% dependerão de fontes que o governo federal não tem condições de garantir, como, por exemplo, poupança privada ou recursos de contrapartidas de tomadores de empréstimos - disse.

Para o senador, outro dado preocupante aparece no último levantamento realizado nas contas do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), o qual revelou um rombo de R\$ 68,3 bilhões. Esse fundo absorvia os saldos devedores dos contratos da aquisição da casa própria feitos no antigo Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

- O Tesouro Nacional terá de cobrir esse déficit até o ano 2005 e a dimensão do buraco negro do FCVS equivale a mais de 70% da arrecadação anual do governo com impostos e contribuições federais - concluiu o senador.

João Rocha reclama igualdade com investimentos federais

Ao fazer uma análise técnica de todos os investimentos federais nos últimos quatro anos, tendo por base o Orçamento da União, o senador João Rocha (PFL-TO) denunciou que os estados das regiões Sul e Sudeste e o Distrito Federal têm sido privilegiados pelo governo.

Das 12 áreas beneficiadas por investimentos federais, conforme o senador, a região Sul ficou com 99% das verbas destinadas à rubrica Defesa Nacional e Segurança Pública, com 32% do dinheiro para programas de planejamento e ciência e tecnologia e com 37% dos gastos federais em educação e cultura.

Os estados do Sudeste receberam no período 88% das



João Rocha: desigualdade flagrante aplicações em energia e recursos minerais e 37% em programas de educação e cultura. Também foram para o Sudeste 31% das verbas de saúde e saneamento e 46% para transportes.

Já o Distrito Federal ficou com a totalidade das verbas destinadas a investimentos na área legislativa (custeio da

Câmara Legislativa do DF) e comunicações. Neste ano, o Distrito Federal fica, segundo João Rocha, com 46% dos investimentos no Judiciário. Ele garantiu que 40% das aplicações em planejamento e ciência e tecnologia se concentraram nos últimos quatro anos no DF.

Para o senador João Rocha, os percentuais confirmam o tratamento desigual do governo: "Mesmo reconhecendo que algumas funções - como Assistência e Previdência - têm canalizado recursos para o Norte e o Nordeste, há muito ainda a se alterar na política do governo, se a administração pública tiver como um dos seus objetivos reduzir as diferenças entre as regiões do país e entre os cidadãos brasileiros".

Contra o planejamento familiar, Odacir prega estímulo à fecundidade

O senador Odacir Soares (PTB-RO) afirmou que a lei do planejamento familiar, que teve dispositivos vetados pelo presidente da República restabelecidos pelo Congresso no último dia 13, "aprova e até estimula a castração da fertilidade do povo brasileiro, sob o falacioso pretexto de concorrer para o exercício livre e esclarecido do direito de todos ao planejamento familiar". Ele denunciou o interesse de governos e entidades internacionais em despovar o Terceiro Mundo.

Odacir Soares afirmou que a lei parece não ter sensibilizado de forma suficientemente vigorosa a grande maioria da população brasileira, apesar de suas graves implicações. Ele destacou que o risco de explosão demográfica no Brasil cedeu lugar a uma realidade também inquietante - a do rápido envelhecimento da população, com a taxa nacional de fertilidade, que era de 3,0 na década de 50, passando a 1,9 no final da década de 80 e a 1,3 nos anos 90, abaixo, portanto, dos índices de reposição:

- Diante de tais perspectivas, teria sido fácil concluir que, ao invés de programas de "regulação da fecundidade" ou de educação para o "planejamento familiar", estaremos, no curto prazo, carecendo, tal como ocorre nos países europeus, de programas vigorosos de incentivo à fe-

"A verdade é que há diretrizes e projetos ligados aos interesses de governos e entidades internacionais"

cundidade responsável, para compensar a verdadeira devastação populacional levada a cabo em nosso país, graças aos projetos de controle populacional falaciosamente ditos de planejamento familiar, que há 30 anos nos vêm sendo impingidos de fora para dentro - afirmou.

Para Odacir Soares, a "tranqüila, distraída e inconsequente" derubada dos vetos ao projeto de planejamento familiar



Odacir: "pretexto falacioso"

demonstrou que quase ninguém pensou nisso nem cuidou de identificar as "reais e obscuras motivações que dinamizam os governos, os organismos, as associações e os militantes dos grupos empenhados em despovar o mundo, sobretudo o Terceiro Mundo".

O senador citou artigos sobre apoio de entidades estrangeiras a programas de planejamento familiar para apontar dois "absurdos": o monitoramento e o encaminhamento de instruções a parlamentares brasileiros para inserção, na Constituição, de dispositivos do interesse de potências estrangeiras e a similaridade de redação entre o texto do § 7º do art. 226 da Constituição brasileira e "o texto das diretrizes ditadas ou dos jargões propalados pelos governos, associações e grupos que militam pela causa da acelerada extinção das populações descartáveis do Terceiro Mundo".

- Assumam tais organizações as denominações e os despidimentos mais variados: Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar (Bemfam), Centro de Pesquisa e As-

sistência Integrada à Mulher e à Criança, Associação de Entidades de Planejamento Familiar, Centro Feminista de Estudos e Assessoria, a verdade é que todas elas outra coisa não fazem senão dar cumprimento, em nossa pátria, a diretrizes ou a implementar projetos umbilicalmente ligados aos interesses de governos e entidades internacionais, dos quais têm recebido verbas e estipêndios vultosos.

Ao final do discurso, o senador pediu que se enviassem cópias aos chefes militares para tomarem ciência da homenagem de um ex-cassado

Cabral compara soldados de hoje ao Duque de Caxias

Ao destacar a comemoração do Dia do Soldado, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que o legado do Duque de Caxias ainda vive no meio militar, lembrando que o Patrono do Exército foi "defensor intransigente das instituições, da lei e da disciplina".

- Simples, modestos, espreçosos, idealistas, lá vão eles diariamente para seus quartéis, com a satisfação e o orgulho de estarem seguindo o exemplo de Luiz Alves de Lima e Silva, expressão maior e símbolo do soldado brasileiro - acrescentou.

Para o senador, nos estados onde, recentemente, ocorreram rebeliões de policiais militares, os soldados do Exército deixaram patenteado que a disciplina e a hierarquia são apanágios inseparáveis da profissão.

"A atuação dos soldados foi simples, discreta e determinante para a manutenção



Cabral: soldados vão aos quartéis orgulhosos do seu patrono

da ordem e dos poderes constituídos", afirmou.

Bernardo Cabral pediu ao presidente em exercício da sessão, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), que cópia de seu discurso seja enviada a representantes das Forças Armadas, para que estes saibam da homenagem prestada "por um ex-cassado pelo regime militar".

Ele foi apartado pelos senadores Eptácio Cafeteira (PPB-MA) e Guilherme Palmeira (PFL-AL), que se mos-

traram preocupados com a situação dos soldos dos militares.

O senador Lúdio Coelho também fez questão de se associar às homenagens prestadas pelo senador Bernardo Cabral ao Dia do Soldado. Depois de afirmar que os governantes têm que respeitar os direitos dos policiais militares, Lúdio Coelho disse que, além de receberem proventos irrisórios, em alguns estados, como Alagoas, ficaram meses sem qualquer rendimento.

José Ignácio quer eliminar pensão de quem matar segurado

Projeto apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) exclui do direito à pensão por morte o dependente condenado pela prática de crime doloso que tenha resultado no falecimento do segurado. A lei vigente estabelece que essa pensão será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, no caso de morte presumida.

- Trata-se de deixar claro, na legislação da Previdência Social, que a proteção dos indignos não se encontra entre as finalidades desse ramo do di-



José Ignácio: benefício sem sentido reito. Não há motivo que justifique a concessão de benefício previdenciário nessas hipóteses - argumenta o senador na justificativa da matéria.



Serviços funcionam como canais abertos à participação

Denúncias, críticas, sugestões e perguntas sobre o trabalho dos senadores podem ser transmitidas, gratuitamente e de todo o Brasil, pelo telefone 0800-61 22 11. O serviço, conhecido como "A Voz do Cidadão", foi criado pela Coordenação de Relações Públicas do Senado e funciona das 10h às 22h, de segunda a sexta-feira.

Outra alternativa para quem quer comentar o trabalho dos senadores é o serviço "Fiscalize o Senado", que está na página do Senado na Internet (endereço:

www.senado.gov.br).

As opiniões enviadas pelo telefone e pela Internet são encaminhadas aos senadores e também servem de subsídio ao programa "Fala, Cidadão", produzido pela TV Senado. O programa, que vai ao ar na sexta-feira, às 21h30, abre espaço para os senadores responderem as dúvidas e comentários da população. Com duração de 15 a 30m, o "Fala, Cidadão" é reprisado às 23h30 de sexta-feira e às 6h30, 9h, 20h e 24h de sábado e de domingo.

Bezerra propõe extinção de revisor no Judiciário

Projeto de lei apresentado pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) altera dispositivos do Código de Processo Civil para suprimir a função de revisor nos recursos de apelação e de embargos infringentes. O objetivo da medida é "acelerar a tramitação dos feitos cíveis nos tribunais", fazendo com que a prestação jurisdicional "se dê mais prontamente".

A proposição dá nova redação ao parágrafo único do art. 534 da Lei nº 5.669/73, de modo a estabelecer que, "impugnados os embargos, serão os autos conclusos ao relator, pelo prazo de 15 dias, seguindo-se o julgamento".

Para Carlos Bezerra, o pa-



Bezerra: revisor tem função tímida e anacrônica

pel desempenhado nos tribunais pelo revisor "já pertence ao passado".

- A tímida função do revisor, na prática, restringe-se a apor nos autos seu visto e a pedir data para julgamento. Nada que não possa ser feito pelo próprio relator, que conheceu

a matéria em profundidade - argumenta o senador.

O projeto de Carlos Bezerra determina que "os tribunais pátrios suprimirão dos seus regimentos e estatutos as referências à função do revisor nos recursos de apelação e de embargos infringentes".



Jovens operadoras atendem pelo 0800-61 22 11

Presidida por Nabor Júnior, a comissão que analisa alternativas para o desenvolvimento da região ouviu, ontem, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda

Senadores discutem Amazônia em Belém

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) presidiu ontem em Belém (PA) a abertura do seminário sobre o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, promovido pela comissão especial do Senado que busca definir uma política que atenda aos interesses da região e da qual o senador é presidente. O seminário também conta com a participação dos senadores Ademir Andrade (PSB-PA), relator da comissão, Marina Silva (PT-AC), vice-presidente, Coutinho Jorge (PSDB-PA) e Gilvam Borges (PMDB-AP).

Na oportunidade, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou, em vídeo, seu apoio às causas da Amazônia.



Nabor Júnior: abertura oficial

Pedro Parente, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, foi o expositor do primeiro tema, relativo a emprego e renda, industrialização, financiamentos e incentivos fiscais. José Guedes Tourinho, superintendente da Su-



Gilvam: ponto de vista do Amapá
dam, Fernando de Souza Flexa Ribeiro, presidente da Federação das Indústrias do Pará, e Mauro Machado Costa, superintendente da Suframa, foram os principais debatedores.

Pedro Parente fez uma expo-

sição técnica sobre as conquistas econômicas obtidas pelo Plano Real e os ganhos do país com a estabilidade da moeda e as privatizações. A seu ver, "trava-se a batalha final contra os perdedores da estabilização econômica, que agora buscam recuperar ganhos".

O segundo painel, sobre o tema "Desenvolvimento, Meio Ambiente e Exploração Florestal", foi exposto pelo secretário para Assuntos da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente, José Lourenço Seixas, que reconheceu as dificuldades para conciliar desenvolvimento com preservação. Na sua opinião, são chaves para o progresso da Amazônia o desenvolvimento científico-tecnológico e o ecoturismo.

Ademir lamenta ausência de Malan

O senador Ademir Andrade, relator da comissão, lamentou a ausência no seminário dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Por outro lado, reclamou que Pedro Parente tivesse se restringido a exposição de dados relativos à economia nacional e regional, "sem dizer o que o governo pretende".

O senador paraense defendeu a revogação da lei Kandir, que isenta o ICMS para exportação dos produtos industrializados. Ele entende que essa medida desestimula a industrialização na Amazônia e, embora possa servir aos interesses de outras regiões, presta um "desserviço ao país como um todo". A seu ver, o governo precisa planejar investimento na Amazônia, cuja economia "se encontra num verdadeiro marasmo".

Ele sugeriu que o governo proíba a exportação, por exemplo, de madeira bruta, para só permitir a exportação do produto trabalhado, ou seja: transformado em móveis, esquadrias e outras utilidades. "A Ama-



Ademir: pela industrialização

zônia continua exportando tudo sem industrializar nada", reclamou. Conforme Ademir de Andrade, o governo não tem dado à Amazônia a contrapartida correspondente aos esforços desenvolvidos pela região.

O governo tem de compreender que a Amazônia não pode continuar sem que se tomem providências para integrá-la verdadeiramente à economia do país-disse. Ademir Andrade, por fim, reclamou a elaboração do projeto de zoneamento econômico-ecológico, sem o qual, conforme disse, não se pode estabelecer uma política de ocupação de desenvolvimento da região.

Coutinho: globalização traz as contradições

O senador Coutinho Jorge advertiu que o processo de globalização traz às diversas regiões do país contradições que precisam ser evitadas ou amenizadas. Ele lembrou que na Europa, com vistas ao equilíbrio do Mercado Comum Europeu, estabeleceram-se incentivos para o desenvolvimento dos países economicamente desfavorecidos.

Na sua opinião, a Amazônia deve ser objeto de medidas de efeito corretivo e compensatório para que não se agrave a pobreza da região, em contraste



Coutinho Jorge: muitas contradições com o desenvolvimento de outras, no processo de globalização. A seu ver, os incentivos fiscais existentes atenderam a outro momento histórico e precisam ser revistos.

Marina pede presença marcante do Estado

A senadora Marina Silva é de opinião "que falta na Amazônia o que sobra em outros estados: a ação do Estado". A seu ver, o desenvolvimento da região precisa do amparo e do estímulo do governo, materializados em investimentos que atendam as necessidades de infra-estrutura e tecnologia. Marina Silva também defendeu a modificação dos incentivos fiscais.



Marina: mais infra-estrutura

Nabor vê obstáculos à frente

Na abertura do seminário, o senador Nabor Júnior disse ter podido constatar mais uma vez que o debate de propostas concretas para o desenvolvimento social e o progresso econômico da Amazônia encontra extensos obstáculos. A razão, conforme afirmou, está no fato de a Amazônia ser, "para muitos dos responsáveis pelos destinos da pátria, uma preocupação secundária".

- Digo isso sem revolta e sem mágoas, pois não é fato novo. Ao contrário, trata-se da realidade com que os defensores da Amazônia sempre se defrontaram: o Brasil não consegue dar a este portentoso território, que lhe pertence, a importância a ele conferida por interesses de nações e de entidades do exterior.

Na opinião do senador, o seminário "traz a marca da obstinação que pontua todos os momentos históricos onde a presença luso-brasileira se fez concreta na Amazônia, a contar dos primeiros navegadores formados em Sagres, até a saga dos bandeirantes e dos nordestinos que mergulharam em suas matas, buscando o tesouro dos minerais preciosos e forçando as fronteiras amplas e generosas da Nação".

Nabor Júnior levantou questões que, espera, possam ser respondidas durante o seminário, como, por exemplo, os meios que se poderiam utilizar para "fugir à pressão esmagadora dos grandes grupos econômicos, financeiros e políticos dos países superdesenvolvidos, cuja insensibilidade em relação a nós chega a ser injuriosa".